

## REQUERIMENTO DE TERMO DECLARATÓRIO DE UNIÃO ESTÁVEL Exmo. Sr. Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais 1º Distrito de Duque de Caxias-RJ:

1º Convivente: Estado civil Nacionalidade Naturalidade (município e estado que nasceu) Profissão: Portador(a) do CPF nº.: Expedida \_\_/\_\_/ Residente Cep.: Filiação: Domicílio (local de trabalho) Cep.: E-mail: 2º Convivente: \_\_\_\_ Estado civil \_\_\_\_\_ Nacionalidade Naturalidade (município e estado que nasceu) Profissão: \_\_\_\_\_\_ Portador(a) do CPF nº.: \_\_\_\_\_ Expedida \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_ Residente Cep.: Filiação: Domicílio (local de trabalho) E-mail: DECLARAM EXPRESSAMENTE, para os devidos fins e por livre manifestação de vontade, perante este Oficial de Registro Civil, que vivem em união estável, de forma pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família, nos termos do disposto pelo Artigo 226, § 3º, da Constituição Federal, e do Artigo 1.723 do Código Civil, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_(data de início da União Estável), sob o regime de bens: REQUEREM que seja instrumentalizado TERMO DECLARATÓRIO DE UNIÃO ESTÁVEL, nos termos do artigo 537 § 3º inciso IV e artigo 538 do Código Nacional de Normas do CNJ de 30/08/2023, conforme os documentos apresentados junto com o presente requerimento. REQUEREM, outrossim, que do Termo conste expressamente que os Conviventes passarão a adotar os seguintes nomes, CIENTES, de que o novo nome em virtude da união estável somente terá efeito após o registro facultativo do presente termo no "Livro E": 1º Convivente - ( ) não deseia alterar o nome ( ) irá adotar o nome de: 2º Convivente - ( ) não deseja alterar o nome ( ) irá adotar o nome de: **DECLARAM** ainda, sob as penas da Lei, da inexistência de lavratura de termo declaratório anterior. 

## TERMO DECLARATÓRIO DE UNIÃO ESTÁVEL

Art. 537 § 3º inciso IV e Art. 538 do CNN do CNJ

R\$ 546,87 (valor válido para o ano de 2025)

## **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

**QUEM PODE DAR ENTRADA?** Os conviventes ou seus procuradores com procuração pública feita em Cartório de Notas, com poderes específicos. Os conviventes devem obrigatoriamente residir na cidade de Duque de Caxias-RJ.

## CONVIVENTES - apresentar todos esses documentos abaixo originais e cópias legíveis:

- ( ) Identidade ou CNH e CPF
- ( ) Comprovante de residência no nome de um dos conviventes (conta de luz, água ou telefonia)
- ( ) Certidão atualizada com menos de 6 meses de expedida do último estado civil dos conviventes. Se o estado civil do convivente for:
  - Solteiro(a): apresentar a Certidão de nascimento
  - Separado: apresentar a Certidão de Casamento com averbação de separação.
  - Divorciado(a): apresentar a Certidão de Casamento com averbação de divórcio.
  - Viúvo(a): apresentar duas certidões a Certidão de Casamento com anotação de óbito e a Certidão de Óbito.
- ( ) Caso o regime de bens escolhido NÃO seja Comunhão Parcial de Bens: apresentar a Escritura de Pacto antenupcial lavrada no cartório de Notas.
- ( ) Caso o regime de bens escolhido SEJA Comunhão Parcial de Bens e **um dos conviventes tenha mais de 70 anos:** apresentar uma escritura pública que afaste o regime da separação obrigatória de bens, conforme disposto na decisão de repercussão geral 1236 do STF.

ATENÇÃO: Caso o regime de bens escolhido for o da Comunhão Universal de Bens ou o da Separação de Bens: a data de início da união estável deverá ser a data do termo declaratório.

( ) **Apresentar elementos que comprovem a data da união estável:** Tudo que puder comprovar a data informada da união estável dos conviventes. Lembrando que os documentos apresentados <u>devem ser</u> contemporâneos ao período indicado da união estável.

A Instrução Normativa de Instrução do INSS nº 77 de 21/01/2015, no artigo 135, tem uma lista dos documentos aceitos pelo INSS, para comprovar a união estável e dependência econômica, desta forma sugerimos a apresentação de ao menos **três desses documentos** para comprovação:

- I. Certidão de nascimento de filho havido em comum;
- II. Certidão de casamento religioso;
- III. Declaração de Imposto de Renda do convivente, em que conste o outro convivente como seu dependente;
- IV. Disposições testamentárias;
- V. Declaração especial feita perante tabelião (pode ser a escritura pública de união estável ou de dependência econômica):
- VI. Prova de mesmo domicílio;
- VII. Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade, ou comunhão nos atos da vida civil;
- VIII. Procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
- IX. Conta bancária conjunta;
- X. Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o convivente como dependente do outro convivente;
- XI. Anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;
- XII. Apólice de seguro da qual conste o convivente como instituidor do seguro e o outro convivente como seu beneficiário;
- XIII. Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o convivente como responsável;
- XIV. Escritura de compra e venda de imóvel pelo convivente em conjunto com o outro convivente como compradores/vendedores;
- XV. Quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.